



Foto Jean Pierre Appy

Farabulini, Samir e Djalma discutem a crise econômica e o futuro do novo Congresso

## “O FMI foi a nossa concordata” 20

**ESTADO** — Os senhores vão tomar posse em plena crise econômica. Qual é a função do Poder Legislativo no instante em que se prevê a recessão, desemprego e o País recorre ao FMI?

**SAMIR** — O governo brasileiro, durante 18 anos dispôs da maneira que quis do País, estabeleceu todas as regras do jogo econômico, do jogo administrativo, e procura hoje, numa aparente crise mundial, a desculpa para os seus graves erros. Todos nós sabemos que o mundo sofre hoje uma crise. Mas a crise de determinados países é a da diminuição do caviar, ou a da não troca de carro todo ano. Ao passo que no Brasil, nos países subdesenvolvidos, a crise é de miséria. Administraram muito mal, os dirigentes brasileiros, o erário público. Meteram-se em aventuras escabrosas e continuam ainda com a pretensão de manter determinados projetos que lesam o erário público, como o programa nuclear. O papel do Congresso, nessa conjuntura, é o de poder fiscalizar e continuar denunciando. O que nós esperaríamos do Executivo é, antes de mais nada, a humildade de reconhecer os seus erros o que, lamentavelmente, não ocorre. O endividamento externo do Brasil não é decorrente de necessidades internas, mas é decorrente da megalomania de alguns homens e até de interesses muitas vezes escusos desses mesmos homens. Se o Brasil deve hoje 80 bilhões de dólares, isso não beneficiou a comunidade. Se nós tivéssemos buscado esse dinheiro para planos sociais, então seria razoável que o Brasil devesse. O governo tem que ter pelo menos, eu repito, humildade. Eles deveriam ter a coragem de dizer hoje à Nação que falsearam a verdade no caso do FMI. Ora, é em decorrência da omissão dessas verdades que o Brasil caminha, no escuro, para um grande abismo. O que há necessidade é de seriedade na condução dos negócios públicos, e isso não tem ocorrido no Brasil.

**FARABULINI** — O que é que pode o Congresso Nacional? O Congresso pode muito em face da Constituição. É um poder autônomo, independente. Mas ele pode mais enquanto os representantes do povo desçam nas bases político-partidárias e persigam os vários segmentos sociais, auscultem as classes produtoras e os trabalhadores em geral, para daí emanar um projeto que é, na verdade, um novo passo que deve ser feito para compeli-lo o poder público a que reformule totalmente o Estado vigente. Nesses 18 anos, esta é a nação brasileira, quando se trata da Ferrovia do Aço, do Projeto Carajás, do Fundo Monetário, quando se promove a denúncia do acordo militar Brasil-Estados Unidos, que agora se procura refazer pelos meios escusos da subserviência. A nação brasileira foi levada ao descrédito total no mundo financeiro mundial, e isso se deveu à displicência, à voracidade dos governantes brasileiros em fazer obras faraônicas, verdadeira megalomania, destacadamente a do ministro do Planejamento, que se instalou no País faz tantos anos e que ninguém consegue desviar os passos. Eu preferia ir ao Congresso para saber por que alguém se mantém tanto tempo no poder sem que ninguém lhe fira os passos, sem que ninguém lhe diga nada, sem que ninguém lhe olhe o rosto enquanto ele fala à opinião pública. O ministro do Planejamento tripudia e dança em cima de todos nós quando fala na televisão. Os que frequentam a sua roda dizem que ele faz e desfaz. E o que é que ele faz e o que é que ele desfaz? Ele fez 1% e desfaz esta nação no que tange ao seu nacionalismo, à sua autoridade. Desfaz 99%, acredito. Então o que é que pode um deputado? Um deputado pode pouco. Mas o que é que pode o Congresso? O Congresso pode muito, se ele estiver vertical, se for constituído de homens verticais, que não se verguem, não se curvem, não se vendam, que não troquem de camisa por um empreguinho no poder público federal ou por causa de um convite para participar de uma notitada regada a uísque e a mulheres bonitas — que é muito comum ocorrer lá em Brasília e noutros setores da nação brasileira.

**DJALMA** — Há poucos dias nós tomamos conhecimento, pelos meios de comunicação — e o povo brasileiro viu, leu e prestou muita atenção —, de que um grupo de tecnocratas invadiu nosso país, pediu para ver as nossas contas, a forma de proceder de nossa política econômica, para saber se podia ou não emprestar dinheiro para o País. Fere a integridade moral do Brasil. O Brasil se sujeita a essa situação de subserviência, uma situação de entre-guismo, esta é a palavra correta.

**FARABULINI** — A propósito, veja o novo acordo militar Brasil-Estados Unidos. E veja o que é muito mais importante e grave: tanto o ministro da Aeronáutica quanto o da Marinha dizem que desconheciam totalmente detalhes do revigoramento desse acordo. Então, numa Nação em que ministros militares dizem desconhecer detalhes de assunto de tal magnitude, nós verificamos que os deputados vão ter muito o que fazer no Congresso.

**DJALMA** — Aí está a grande de-

monstração de acordos pela cúpula. Sejam Militares ou econômicos, que não vão ao interesse do povo brasileiro. Vão ao interesse de grupos que estão cada vez mais ricos e o povo brasileiro cada vez mais pobre. Vamos recordar o modelo econômico implantado no governo Juscelino Kubitschek. O Brasil é um país de origem agrícola e, de uma hora para outra, jogaram para o povo brasileiro que ele deveria comprar carros. Quer dizer que o que hoje a gente percebe é que a alta do petróleo, que no meu modo de entender não é o grande problema mundial, é um dos problemas do Brasil. Sabedor de que poderia passar por esse processo de crise, não procurou a alternativa de um novo modelo econômico. Hoje, os brasileiros são obrigados a modificar sua política agrícola para que, ao invés de se plantar comida, se plante cana-de-açúcar. Eles querem que o povo coma bagaço de cana. Isso tudo leva a crer que foi falta de responsabilidade do governo, desses tecnocratas. O compromisso deles é

**“O governo deverá ter a humildade de reconhecer seus erros. Deve dizer que falseou a verdade”**

com os grupos econômicos, com os grupos autoritários que predominam principalmente na América Latina. O que pode fazer um deputado? Um deputado não pode fazer muita coisa dentro desse sistema de autoritarismo. Mas o deputado pode fazer muito, pode levar o povo a tomar parte, a saber o que de fato acontece neste país. Existe uma renovação no Congresso, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais. Acho que os políticos não devem fazer negociatas, e sim começar a denunciar essa participação. É sintomático quando, num projeto de aumento dos vencimentos dos deputados, o povo começa a analisar e ver a diferença em relação ao salário que recebe a maioria da população. Eu acho que o povo tem que começar a cobrar, ir ao Congresso, às Assembleias, às Câmaras Municipais.

**ESTADO** — A última pergunta: qual é a saída para essa crise?

**SAMIR** — Por primeiro, entendo que há necessidade de uma saída moral. Eu acho que os costumes administrativos brasileiros estão, todos eles, deteriorados. Hoje, a impunidade, neste país, é uma realidade em todos os campos da atividade administrativa. A

**“A crise é, antes de tudo, moral. A impunidade e a corrupção na administração são um fato terrível”**

impunidade e a corrupção são um fato terrível para o Brasil. O problema é, antes de mais nada, de crise moral. O povo brasileiro demonstrou, principalmente aqui em São Paulo, que ele está atento para um grave problema, que é o da corrupção em todos os sentidos. Ele disse a vários candidatos à reeleição que não queria esses homens. Em primeiro lugar, a moralização dos costumes públicos, a responsabilização do homem público por todos os atos prejudiciais que ele pratica contra a Nação brasileira. O que está havendo aqui é uma impunidade completa, absoluta. Quer dizer, um ministro toma uma atitude, manda vender determinadas ações numa Bolsa e ele sai impune, ele é promovido. Há necessidade da seriedade administrativa com a responsabilização dos homens de praticam determinados atos anti-povo. O segundo passo: o Brasil tem que perder essa mania de que os dirigentes podem e fazem tudo. Os grandes projetos brasileiros têm de ser abandonados, porque eles são contrários aos interesses nacionais e, eu repito aqui, o projeto nuclear. Há necessidade do Brasil compenetrar-se de que há um “entreguismo” das fontes de riqueza do nosso País. A Nação brasileira não é beneficiária das riquezas nacionais. O Brasil deve compenetrar-se de que está em concordata. A ida ao FMI é realmente a concordata do País.

**FARABULINI** — Me permite um aparte, deputado? O Fundo Monetário Internacional, deputado, vale apenas e simplesmente para criar condições aos banqueiros internacionais, que terão,

assim, o direito de fiscalizar as nossas contas de três em três meses.

**SAMIR** — Por isso que estou dizendo que, por mais paradoxal que possa parecer, a ida ao Fundo Monetário Internacional não era da nossa vontade como brasileiros, conscientes de que nós temos uma soberania a ser respeitada. Mas talvez seja até uma solução para que nós aplaquemos um pouco o apetite desenfreado dos tecnocratas que fazem o que querem da Nação brasileira. Por incrível que pareça, até pode ser essa a solução para o País.

**FARABULINI** — A verdade é que para as grandes crises nós temos que ter grandes remédios. Nós não podemos cair em genuflexos para o grupo de tecnocratas que já está implantado no País faz 18 anos. E se esse grupo deserviu totalmente a esta Nação é hora de mudar. Então definamos para o Congresso Nacional a primeira coisa: ele incumbir-se-á, acredito, de reunir os segmentos sociais interessados, as classes produtoras, os trabalhadores, para que nós não caiamos no risco do grande descalabro. Segundo, no que tange ao Fundo Monetário Internacional, acompanho em gênero, número e caso os economistas brasileiros que entendem que o Fundo Monetário Internacional é fogo que não queima, arquite que não alumia. Não tem a menor eficácia. Veja-se. Apegamo-nos o tecnocrata ministro do Planejamento e o outro tecnocrata, ministro da Fazenda, que nós vamos precisar para o ano de 1983 de aproximadamente 10,6 bilhões de dólares para pôr cobro às dificuldades. De sua consciência, acredito que o presidente da República — para quem agora remeto o meu voto de confiança — não deva receber este “beneplácito” do Fundo Monetário, que virá apenas com dois bilhões de dólares. Ora, os oito bilhões de dólares remanescentes necessários teremos que buscar, nos bancos internacionais da maneira como viemos até aqui: de chapéu na mão. Nossos ministros transformaram esta Nação em um problema só: como administrar a dívida externa. Esta que é a questão: como administrar hoje não os negócios brasileiros ou o problema do ensino, o problema da Educação. Nada disso. O que se pretende apenas é administrar a dívida externa. Por isso desejo que se remeta a questão ao Congresso Nacional, para que haja um amplo debate democrático. As “benesses” do Fundo são a instabilidade no emprego, a tendência de queda de salários. É impossível de se aceitar.

Então, o que é que o senhor vai propor, deputado?

Vamos sugerir um simpósio, desde logo. Penso promover um simpósio de que façam parte todas as correntes de opinião. É para que nós tenhamos aí um projeto que venha de baixo para cima. Esse projeto, na verdade, terá o consenso e o consentimento de quantos debaterem com portas abertas para que nós cheguemos às grandes soluções nacionais desde logo. É preciso ficarmos vigilantes para que não haja a continuidade desses problemas que até aqui assaltaram a Nação, isto é, a displicência total, a megalomania de obras faraônicas.

**DJALMA** — Vivemos num momento de crise. Aliás, nós, trabalhadores, sempre fomos submetidos a crises que não foram criadas por nós. Eu acho que entre tantas coisas que existem neste país, uma das maiores é a da falta de dignidade, é a falta de honestidade que existe nas pessoas que usurparam o poder desde 1964. Nunca se roubou tanto, neste país, quanto nos últimos 18 anos. Nunca se viu poucos ficarem tão ricos e tantos ficarem tão pobres, graças ao arrocho salarial, à desgraça e ao massacre que a classe trabalhadora vem sofrendo. O que fazer para mudar? Eu acho que se pode mudar, sim. Há uma enorme disparidade na distribuição das riquezas do País. Acredito que o governo também pode mudar. A serviço de quem está esse governo? Não a serviço dos trabalhadores, porque se estivesse, desenvolveria uma política econômica que daria prioridade aos bens de consumo popular, como tratores e trens, e não faria obras faraônicas como o acordo nuclear, a Transamazônica, Itaipu. Dentro desse sistema capitalista em que vivemos, o Brasil não foge a essa realidade e também tem como seu objetivo prioritário os lucros. É o lucro em cima da privatização do povo, como no caso da educação, do ensino, setor que deveria ser de responsabilidade total do governo. O que fazer? Nós, do PT, acreditamos que só uma sociedade socialista resolverá o problema dos trabalhadores, porque nós achamos que não pode haver a exploração do homem pelo homem, predominar a exploração de grupos em detrimento da maioria do povo. Por isso nós achamos que a saída está numa sociedade socialista, uma sociedade onde cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar as suas potencialidades e as suas aspirações. Alguns podem dizer que nós trabalhadores somos sonhadores. Nós sonhamos, sabemos das nossas limitações, mas nossa luta é muito grande.